CÂN

Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax: (12) 3117.1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

CNPJ n.° 01.027.716/0001-45

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2019

(Poder Legislativo)

"DÁ NOVA REDAÇÃO E REVOGA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO."

Art. 1º. Os artigos abaixo descritos passam a ter a seguinte redação:

Art. 5 ° - Serão considerados como de recesso legislativo os períodos de 16 de dezembro a 31 de janeiro, de cada ano.

Art. 6 ° -

I - ordinariamente, de 1º de fevereiro a 15 de dezembro, independentemente de convocação, nas primeiras e terceiras quintas-feiras de cada mês, às 20 (vinte) horas;

Art. 11 - Encerrada a Sessão Solene de posse, os Vereadores se reunirão sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, e, verificando-se a presença de dois terços dos membros da Câmara, elegerão por maioria absoluta e voto aberto os componentes da Mesa Diretora.

- Art. 12 O processo de votação obedecerá o seguinte rito:
- § 1º A chamada dos Vereadores para votação será feita em ordem alfabética dos nomes;
- § 2º Após todos os Vereadores declararem publicamente os seus votos, o Presidente em exercício proclamará os eleitos e, em seguida, dará posse à Mesa, sendo lavrado e assinado o respectivo termo de posse;
- Art. 23 Ao Presidente é facultado o direito de apresentar proposição à consideração do Plenário.

Art. 42 - As reuniões serão públicas.

Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax: (12) 3117.1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

CNPJ n.º 01.027.716/0001-45

Parágrafo único - As Comissões Permanentes não poderão reunir-se no período da

Ordem do Dia das sessões da Câmara.

Art. 44 -

§ 1º - Os projetos de lei de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência, serão

enviados às Comissões Permanentes pelo Presidente, dentro do prazo de 3 (três) dias

após a aprovação do requerimento de urgência.

Art. 61 - Os serviços administrativos far-se-ão através dos servidores que lotam os

quadros funcionais do Poder Legislativos e serão supervisionados pelo Presidente da

Câmara.

Parágrafo Primeiro - A leitura das matérias em sessão, poderão ser feitas por servidores

administrativos, se, requisitado pelo Presidente da Câmara.

Art. 64 - A Secretaria Administrativa, mediante ciência do Presidente, fornecerá a

qualquer munícipe, que tenha legítimo interesse, no prazo de 15 (quinze) dias, certidões

para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Art. 88 - Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara, publicando-se a pauta com

vinte e quatro horas de antecedência da Sessão, transmitindo-se via internet e ou

irradiando-se os debates por emissora oficial local, sempre que possível.

Art. 95- ...

§3º - Nenhuma proposição poderá ser lida no expediente sem que tenha sido protocolada

com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas do início das sessões.

Art. 98-...

§ 1º - A requerimento de qualquer Vereador e aprovado pelo Plenário, poderá ser

dispensada a leitura das matérias que se tenham de discutir e votar;

• • • •

Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax: (12) 3117.1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

CNPJ n.º 01.027.716/0001-45

§ 5º - A disposição da matéria na Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada

por motivo de Urgência, Preferência, Adiamento ou Vistas, mediante requerimento

apresentado no início da Ordem do Dia, ou no seu transcorrer, e aprovado pelo

Plenário.

Art. 100 - A Explicação Pessoal é destinada à manifestação de Vereadores sobre tema

livre e atitudes pessoais, assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato,

devendo interessado se inscrever junto à Mesa até o inicio desta fase, salvo se, for citado

em algum pronunciamento e pretender replicar a fala.

Art. 116. ...

§ 6° - A matéria constante de projeto de lei, rejeitado somente poderá constituir objeto

de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos

membros da Câmara;

Art. 117 - Lido o projeto no Expediente, ressalvados os casos previstos neste Regimento,

será ele encaminhado às Comissões Permanentes que, por sua natureza, devam opinar

sobre o assunto.

Art. 123 - Serão da alçada do Presidente da Câmara, e escritos, os requerimentos que

solicitem:

VIII- informações a entidades públicas;

Art. 126 - As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara

sobre qualquer assunto, deverão ser lidas no expediente.

Art. 146 - O voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Art. 2º- Ficam considerados revogados os seguintes dispositivos:

Art. 105.



Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax: (12) 3117.1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

CNPJ n.º 01.027.716/0001-45

§ 7º - Qualquer Vereador poderá obter a cópia da ata aprovada, no caso de cópia da mídia, além de fornecer a mídia para efetuar a gravação, o requerente assinará termo de responsabilidade civil e criminal pela sua utilização;

Art. 125-...

V- informações solicitadas a entidades particulares;

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Barreiro, 31 de maio de 2019.

Luis Eduardo Santos Ribeiro Presidente da Câmara

THE RESIDENCE OF THE PROPERTY	
REJEITAD	0
A Design of the Control of the Contr	os contra
e	s a favor
Sessau en 19 406	/ 2019 .
ELBSIANTS RIBORD	
Presidente da Camara	

CAMARA MUNICIPAL
PROTOCOLONS 150

1. do Barreiro 041 061 2019

CAPJ n.º 01.027.716/0001-45

Rua Tenente Magalhães, 109 / Centro - São José do Barreiro - SP

CEP 12.830-000 - Telefax: (12) 3117.1311

e-mail: contato@camarasjb.sp.gov.br

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

Submeto à apreciação dos Nobres Colegas, o presente projeto de resolução, visando dar maior transparência, legalidade, publicidade e eficiência aos procedimentos Legislativos.

A sociedade está em constante em evolução, assim como, as leis que regem o ordenamento jurídico vigente, sendo necessário acompanhá-los.

Há assuntos legais que são regidos pela Constituição Federal e ao Município cabe apenas fazer cópia destes dispositivos, mas há aqueles em que temos liberdade para legislar, como o caso da proibição de votação secreta, da diminuição do recesso parlamentar, dentre outros.

É justamente isto que almejamos com o presente projeto, adequar os ritos legislativos à vontade popular, à nova realidade dos tempos, onde cada vez mais a transparência, o senso de responsabilidade e respeito à coisa pública são exigidas do agente político.

Isto posto, espero seja o presente projeto de lei, aprovado por todos os nobres Edis.

São José do Barreiro, 31 de maio de 2019.

Luis Eduardo Santos Ribeiro Presidente da Câmara